

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-30

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Marino, Margarida & André, P. (2017). "Português Suave" e "Arquitectura Doce" . In Paula André (Ed.), *Antologia de ensaios: Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão.* (pp. 47-65). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.

Further information on publisher's website:

<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14737>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Marino, Margarida & André, P. (2017). "Português Suave" e "Arquitectura Doce" . In Paula André (Ed.), *Antologia de ensaios: Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão.* (pp. 47-65). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

“Português Suave” e “Arquitectura Doce”¹

Marino, Margarida
ISCTE-IUL - DINÂMIA’CET-IUL
margaridamarino@gmail.com

André, Paula
ISCTE-IUL - DINÂMIA’CET-IUL
paula.andre@iscte-iul.pt

Resumo:

Neste artigo, estabelece-se uma abordagem historiográfica dos conceitos de “Português Suave” e “Arquitectura Doce”, conceitos que se relacionam com a linguagem arquitectónica que se desenvolveu entre as décadas de 30 e 50, e que surge associada ao Estado Novo. Nesse sentido, apresenta-se a análise do conceito de “Português Suave”, designação generalizada no contexto arquitectónico em Portugal, a partir da leitura de José Manuel Fernandes que assenta na interpretação estabelecida na historiografia da arquitectura em Portugal da primeira metade do século XX, nomeadamente no que se refere ao contexto cultural e sócio-político do Estado Novo. O autor desenvolve o estudo tipológico desta arquitectura que considera poder definir enquanto “Arquitectura do Estado Novo”, de carácter neo-tradicionista representativa dos valores ideológicos do regime, nacionalista e conservador, que se produziu em Portugal entre 1940 e 1955. Em analogia, Pedro Vieira de Almeida define o conceito de “Arquitectura Doce”, desenvolvendo uma leitura crítica sobre o que designa de uma “história ortodoxa” da arquitectura do segundo quartel do século XX, no contexto que entende como “Arquitectura no Estado Novo”. Nesse sentido, segundo o autor, esta arquitectura não é resultado de imposições do regime, que não se estabelece como um todo ideológico coerente, aderindo simultaneamente a um monumentalismo “cívico” de influência do fascismo italiano, e a um monumentalismo “ritual” de influência do nacional socialismo alemão. A linguagem arquitectónica que surge nessas décadas é, assim, resultado das hesitações dos arquitectos modernos no desenvolvimento de uma arquitectura oficial, simultaneamente moderna e portuguesa, e que Pedro Vieira de Almeida define como “Arquitectura Doce”, em 1996, por entender ser “docemente moderna”. Os conceitos de “Português Suave” e “Arquitectura Doce” estabelecem duas leituras distintas da arquitectura deste período que se encontram na questão entre modernidade e tradição, marcante no contexto arquitectónico do século XX, constituindo um contributo na historiografia da Arquitectura Portuguesa.

Palavras-chave:

“Português Suave”, “Arquitectura Doce”, Tradição, Modernidade.

¹ O artigo apresentado é resultado do estudo desenvolvido na Dissertação de Mestrado intitulada “«Português Suave» e «Arquitectura Doce»”. Contributos para uma Historiografia da Arquitectura Portuguesa”. Lisboa: ISCTE-IUL, 2015, sob a orientação da Professora Doutora Paula André.

Introdução

O artigo, “«Português Suave» e «Arquitectura Doce»” tem como tema a arquitectura produzida entre as décadas de 30 e 50 do século XX, em Portugal, e que surge na historiografia relacionada ao quadro arquitectónico nacional do Movimento Moderno e ao contexto histórico e político do e no Estado Novo. A linguagem arquitectónica que se desenvolve nestas décadas surge da procura de uma arquitectura oficial, de carácter simbólico e ideológico, representativa dos valores do regime, nacionalista e conservador, e na generalidade entendida como período de interrupção do processo de desenvolvimento da arquitectura moderna no país.

O Movimento Moderno em Portugal tem início em meados da década de 20, desenvolvido por um grupo de jovens profissionais, entre outros, Carlos Ramos (1897-1969), Luís Cristino da Silva (1896-1976), Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), Cottinelli Telmo (1897-1948), Veloso Reis Camelo (1899-1985), Cassiano Branco (1898-1969), Adelino Nunes (1903-1948), Paulino Montês (1897-1988) e Rogério de Azevedo (1898-1983), que constituem a geração pioneira da arquitectura moderna nacional, e a geração que vai estar “comprometida” com desenvolvimento de uma arquitectura oficial².

O regime ditatorial, instituído após o golpe de 28 de Maio de 1926, vai promover a modernização do país, atrasado em relação à Europa, carente de equipamentos públicos e infraestruturas. Nesta iniciativa, assente numa Política de Obras Públicas destaca-se o engenheiro Duarte Pacheco, que vai promover a participação dos arquitectos da primeira geração moderna, e a aproximação da classe com o aparelho do Estado.

Na década de 30, o regime consolida-se ideologicamente e a arquitectura ganha uma vertente propagandística, com consequente necessidade de uma arquitectura nacional à qual se relaciona a figura de António Ferro, que apesar de imbuído num espírito de vanguarda, à frente do Secretariado de Propaganda Nacional - SPN/SNI vai promover os valores nacionais associados a uma cultura popular e reclamar uma arquitectura portuguesa.

Neste contexto, desenvolve-se o formulário arquitectónico que vai ser designado de forma pejorativa de “Português Suave”, expressão tomada pelo meio arquitectónico nacional para fazer significar a arquitectura de carácter nacionalista e neo-tradicionalista que se desenvolveu em Portugal no período do Estado Novo, sobretudo nos últimos anos da década de 30 e que se prolonga até ao início dos anos 50, sendo considerada a década de 40 o período mais expressivo.

O conceito de “Português Suave” não tem constituído objeto de estudo em si mesmo, sendo que a historiografia tem tratado esta arquitectura num contexto específico da história da arquitectura do século XX incidindo nos seus intervenientes, na relação com o contexto político e no carácter formal que assume, em oposição aos valores

² Geração que Carlos Ramos designou de “geração do compromisso”.

arquitectónicos modernos. Na historiografia uma série de designações têm procurado significar esta arquitectura, contudo não atingiram a força de “Português Suave”, que não remete para o período cronológico como “anos difíceis” (Nuno Portas, 1970)³, “anos de acomodação” (José-Augusto França, 1974)⁴ ou “duros anos 40” (Ana Tostões, 2004)⁵, não remete para o contexto político, como “Arquitectura do Estado Novo” ou “Arquitectura Fascista” (Nuno Teotónio Pereira, 1953)⁶, nem remete para uma carga ideológica, como “Arquitectura Nacionalista” (João Vieira Caldas, 2009)⁷ ou “Arquitectura Neo-tradicional” (José Manuel Fernandes, 2015)⁸, no entanto, teve o impacto de se formar enquanto conceito que define esta arquitectura.

A arquitectura associada ao conceito “Português Suave” no entender de Pedro Vieira de Almeida caracteriza-se na sua natureza moderna amenizada por uma linguagem vernacular, e a partir dessa interpretação crítica, o autor define em 1996 o conceito de “Arquitectura Doce”⁹.

Os conceitos em estudo desenvolvem-se a partir da compreensão arquitectónica e da relação com o seu contexto histórico, estabelecendo duas construções distintas da história da arquitectura do segundo quartel do século XX. Neste sentido, estabelece-se uma abordagem historiográfica dos conceitos em estudo, a partir da análise dos textos e da entrevista a José Manuel Fernandes¹⁰, que recupera o conceito de “Português Suave”

³ PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. In Bruno Zevi, **História da Arquitectura Moderna**. Lisboa: Arcádia. 1973. p.707

⁴ FRANÇA, José-Augusto - **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**. Lisboa: Horizonte. 2009. p.182

⁵ TOSTÕES, Ana - Arquitectura Moderna em Portugal: os Três Modos. In **Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970**. Lisboa: IPPAR. 2004. pp. 118-124

⁶ Texto de resposta ao questionário feito pelo jornal *Ler*, em 1953. PEREIRA, Nuno Teotónio - A situação da Arquitectura em Portugal. In **Escritos (1947-1996, selecção)**. Porto: FAUP. 1996. p.15

⁷ Encontros com o Património: O Português Suave. Miguel Villas Boas, TSF, 2009

⁸ Entrevista realizada por Margarida Marino a José Manuel Fernandes, no dia 29 de Abril de 2015 (c. 40 min.)

⁹ ALMEIDA, Pedro Vieira de - ed. lit. – **Viana de Lima: 1913-1991**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1996. p.58.

A primeira referência do autor a uma “Arquitectura Doce” surge em “O «arrabalde» do céu” (1986), que relaciona à influência de um “racionalismo doce” de Mallet Stevens nos arquitetos portugueses, que deste vão absorver os “aspetos macios de uma arquitetura doce”. In ALMEIDA, Pedro Vieira de - **A Arquitectura Moderna**. In **História da Arte em Portugal**, vol.14. Lisboa: Publicações Alfa. 1986. p.144

¹⁰ Os textos analisados seguem o estudo de José Manuel Fernandes sobre a arquitetura associada ao conceito de “Português Suave” que tem início nos anos 80, “«Arquitetura» e Fascismo” (*Arquitectura*, 142, 1981), em colaboração com o arquiteto Nuno Teotónio Pereira, “A Arquitectura do Fascismo em Portugal” (*Arquitectura*, 142, 1981) e “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959” (Actas do Colóquio *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia* [1926-1959], vol.2, 1986), que vão constituir uma base fundamental dos seus estudos seguintes sobre o tema, nos quais José Manuel Fernandes vai incidir sobretudo no desenvolvimento da caracterização formal das linguagens que compõem os “Português Suave”, presentes no livro *Português Suave - Arquitecturas do Estado Novo* (IPPAR, 2003). Sobre os antecedentes da arquitectura associada ao conceito, o texto “A Arquitectura em Portugal nos anos 1930-1940. Do «Modernismo» ao «Estado Novo»: Heranças, Conflitos, Contextos” (*DCpapers, revista crítica y teoria de la arquitectura*, 13-14, 2005).

A análise do conceito estabelece-se também a partir do programa *Encontros com o Património* sobre o tema do “Português Suave” (TSF, 28 de Março de 2009), com a participação de José Manuel

para a historiografia da arquitectura nacional, e dos textos de Pedro Vieira de Almeida¹¹ que, em analogia, define o conceito de “Arquitectura Doce”. Procura-se compreender o significado no contexto arquitectónico nacional de “Português Suave” enquanto conceito que se tornou completamente operativo na história da arquitectura, assim como entender o significado de “Arquitectura Doce” enquanto conceito definido a partir da leitura crítica de Pedro Vieira de Almeida, e estabelecer a relação entre os conceitos em estudo, no sentido da atualização da história da arquitectura em Portugal no período compreendido entre os anos 30 e 50 do século XX.

“Português Suave”

O “Português Suave” é um conceito generalizado no meio arquitectónico nacional e refere-se à arquitectura mais característica e representativa dos valores ideológicos do regime, nacionalista, tradicionalista e conservador. No entender de José Manuel Fernandes “é legítimo definir o conceito de «Arquitectura do Estado Novo» e que o «Português Suave» é a arquitectura mais conotada, comprometida, caracterizadora, definidora do que é o conservadorismo, tradicionalismo e nacionalismo”¹².

Fernandes, Nuno Teotónio Pereira e João Vieira Caldas, e da entrevista realizada por Margarida Marino ao autor a 29 de Abril de 2015 (c.40 min.)

¹¹ A revisão da história da arquitectura que Pedro Vieira de Almeida propõe em 1970 (por ocasião da Exposição retrospectiva da obra de Raul Lino realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em que o autor reconhece modernidade na obra do arquitecto), vai ser constante e desenvolvida pelo autor ao longo dos anos, em diversos textos que se analisam e que correspondem a uma leitura crítica da arquitectura do período do Estado Novo, e que tem início no capítulo “O «arrabalde» do céu” (*História da Arte em Portugal*, vol.14, 1986), desenvolvendo o tema em torno do conceito de “passado” em “A noção de «passado» na arquitectura das décadas difíceis. O caso de Lisboa” (*Ressegna*, 59, 1994). Em 1996, define o conceito de “Arquitectura Doce” no catálogo da Exposição ed.lit. - *Viana de Lima: 1913-1991* (FCG, 1996), continuando a desenvolver a sua interpretação crítica sobre a arquitectura deste período em “Arquitectura e Poder: representação nacional” (Arquitectura do século XX - Portugal, 1997), tendo como trabalho mais relevante a Tese de Doutoramento *Os Concursos de Sagres - a “representação 35”. Condicionantes e consequências* (Universidade de Valladolid, 1998), publicada em parte no livro *A Arquitectura no Estado Novo* (Horizonte, 2002) e em *O Tronco da Arquitectura - Do Racionalismo como borbulha* (CEAA-CESAP/ESAP, 2002)

¹² Entrevista realizada por Margarida Marino a José Manuel Fernandes, no dia 29 de Abril de 2015 (c. 40 min.)



Figura 1 - Instituto Superior Técnico (1927-1936) - Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)
©Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Mário Novais, 1936-37



Figura 2 - Instituto Nacional de Estatística (1931-1935) - Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)
©Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Mário Novais, 1936-37



Figura 3 - Pavilhão do Rádio (1927-1933) - Carlos Ramos (1897-1969)
©Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Mário Novais, 1936-37



Figura 4 - Liceu de Beja (1931-1935) - Luís Cristino da Silva (1896-1976)
©Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Mário Novais, 1933-1983



Figura 5 - Casa da Moeda (1938) - Jorge Segurado (1898-1990)
©Arquivo Municipal de Lisboa



Figura 6 - Igreja de Nossa Senhora de Fátima (1938) Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)
©Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian – Estúdio Mário Novais (1933-1983)



Figura 7 - “Façam-se casas portuguesas em Portugal” (1939) A Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (reunidas), 46, p.9
© Elaborado a partir do exemplar disponível na Biblioteca da OASRS, 2015

No que respeita ao desenvolvimento desta arquitectura no contexto nacional, José Manuel Fernandes apresenta três fases: na primeira, entre 1926 e 1932, desenvolve-se o Movimento Moderno na arquitectura, que numa segunda fase, entre de 1933 a 1937, vai participar numa dinâmica Política de Obras Públicas fomentada pelo Estado. Neste período, destaca-se o Instituto Superior Técnico (1927-1936) e Instituto Nacional de Estatística (1931-1935) de Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), o Pavilhão do Rádio (1927-1933), de Carlos Ramos (1897-1969), o Liceu de Beja (1931-1935) de Luís Cristino da Silva (1896-1976) e a Casa da Moeda (1938) de Jorge Segurado (1898-1990).

Em 1933, o regime define-se ideologicamente e vai pretender uma arquitectura oficial que transmitisse os valores ideológicos do Estado Novo, período marcado pela inauguração do Liceu de Beja em 1935, com o surgimento junto do aparelho do Estado, de duras críticas contra a sua modernidade, numa polémica também gerada em torno da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (consagrada em 1938) e que vem a afirmar-se no artigo “Façam-se casa portuguesa em Portugal” (*A Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (reunidas)*, 46, 1939), que em género de manifesto reclamava que:

(...) se os arquitectos e engenheiros e construtores portugueses não sabem criar um estilo português, antes reproduzam o manuelino, o D. João V ou o

*pombalino fielmente. Ao menos prolongaram assim os traços e aspectos que são da nossa paisagem, que se enquadram nela, que de certo apreenderam o espírito português*¹³.

Neste sentido, de regresso aos estilos do passado e na afirmação de um estilo português, define-se a terceira fase, entre 1938 e 1943, na qual tem início o desenvolvimento dos modelos oficiais, de cariz historicista, nacionalista e conservador que, uma vez consolidados, vão estar presentes numa diversidade de programas por todo o país. O momento-chave na definição dos modelos arquitectónicos oficiais é a Exposição do Mundo Português de 1940, no seu propósito de exaltação da nação, do passado, da glória do império e da cultura popular tradicional portuguesa, portanto, pelo seu cariz nacionalista, historicista e tradicionalista, a exposição vai constituir-se como laboratório para a definição dos modelos que vão estar presentes numa série de equipamentos públicos por todo o país como tribunais, correios, escolas, liceus, entre outros. No entender de José Manuel Fernandes, o “Português Suave” define-se em três tipos. O neo-tradicional, de cariz regional, presente em equipamentos públicos em cidades de província, vilas e povoações, e tem como principal referência a “Casa Portuguesa”, teorizada e praticada por Raul Lino (1879-1974)¹⁴. O modelo nacional, segue uma linguagem neo-clássica com referência na arquitectura que caracteriza os regimes nazi e fascista, presente nos edifícios emblemáticos do poder, como Palácios de Justiça e Universidades.

¹³ Anon - Façam-se casas portuguesas em Portugal. **A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (reunidas)**, 46, (1939). p.9

¹⁴ Na recusa de modelos importados, Raul Lino no início do século XX vai desenvolver a pesquisa e a formulação teórica e prática da “Casa Portuguesa”. Em 1918, publica *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, a primeira obra teórica resultante do seu estudo, e que terá reedições em 1929, *A Casa Portuguesa*, e em 1933 com *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*.



Figura 8 - Casa no Sul
©Raul Lino, em *Casas Portuguesas* (1954) Est.XIX



Figura 9 - CTT de Torres Vedras (1939-1943) –
Adelino Nunes (1903-1948)
© Biblioteca de Arte Fundação Calouste Gulbenkian



Figura 10 - Referências da arquitectura
alemã e italiana:
em cima, Palácio do Führer (1932-1942) -
Albert Speer (1905-1981) © google.com
em baixo, Palazzo Uffizi (1940) – Marcello
Piacentini (1881-1960) © www.eurspa.it



Figura 11 - Palácio da Justiça (1948) – Rodrigues Lima
(1909-1979)
© Tribunal da Relação do Porto

O modelo neo-conservador, no qual se inserem as igrejas, tem como referências o historicismo medieval do românico e do gótico, que marcaram a arquitectura religiosa nacional do passado. Neste modelo identifica-se também o historicismo setecentista, neo-barroco D. João V e o pombalino que constitui referência para os prédios lisboetas. Refere Keil do Amaral (1948):

*Há tempos a Câmara Municipal de Lisboa pôs em praça uma porção de lotes de terreno junto à Av. António Augusto de Aguiar e decidiu «orientar» a arquitectura dessa zona da cidade. [...] aconselhou-os (arquitectos) a inspirarem-se no Palácio Ludovice, no edifício da Companhia das Águas, num prédio setecentista da rua dos Bacalhoeiros...um imbróglia dos diabos.*¹⁵

¹⁵ AMARAL, Francisco Keil do - Maleitas da Arquitectura Nacional 2: o arquitecto e o atelier. **Arquitectura: Revista de Arte e Construção**, 19, (1948). p.18



Figura 12 - Edifícios de referência para o edifício urbano em Lisboa, segundo Keil do Amaral
1 - Palácio Ludovice (solar urbano setecentista); 2 - Edifício das Janelas (edifício setecentista na rua dos Bacalhoeiros); 3 - Edifício da Companhia das Águas (edifício pombalino)
© Arquivo Municipal de Lisboa



Figura 13 - Edifício de habitação Av. Sidónio Pais, nº12 (1942) - Cristino da Silva (1896-1976)
© Biblioteca de Arte Fundação Calouste Gulbenkian

Segundo José Manuel Fernandes o contexto nacional em que se desenvolve o “Português Suave” desejou e fomentou uma morfologia da arquitectura oficial, que a partir dos anos 40 define-se ideologicamente com os valores do regime, e assim nesses anos o “Português Suave” é a “Arquitectura Do Estado Novo”. No que se refere à designação, José Manuel Fernandes entende que a expressão “Português Suave” na arquitectura, integra e organiza “um sistema de símbolos, de formas, de tipos, de espaços, de elementos decorativos, portanto um universo de formas e de espaços dentro de (...) uma cultura portuguesa virada para a conservação dos valores da tradição”¹⁶, e refere que o “«Português Suave» é uma designação de senso comum, que transcende a arquitectura e serve para, se nós hoje a recuperarmos com uma perspectiva mais rigorosa, separar a arquitectura modernista do Estado Novo, da arquitectura não modernista, ou se preferir, neo-tradicionalista, neo-conservadora”¹⁷ que se desenvolve em Portugal entre 1940 e 1955.

2. “Arquitectura Doce”

O conceito de “Arquitectura Doce”, definido por Pedro Vieira de Almeida em 1996, já enunciado em 1986 em *História da Arte em Portugal*¹⁸, refere-se à arquitectura produzida em Portugal, entre as décadas de 1930 e 1950. O conceito de “Arquitectura Doce” que surge através da leitura crítica de Pedro Vieira de Almeida, vai definir-se dentro do quadro arquitectónico do que genericamente se denominou de “Português Suave”, como uma “arquitectura portuguesa modernizada” resultante da influência da obra Robert Mallet Stevens (1886-1945) “que explorava uma linguagem de um «racionalismo doce», algo decorativo, não isento de alguma contradição não dominada” e de Wilhem Marinus Dudok (1884-1974) que os arquitectos portugueses “vão recolher sobretudo - e agravar, porque menos culturalmente estruturados - esses aspectos macios de uma «arquitectura doce»”¹⁹.

¹⁶Entrevista realizada por Margarida Marino a José Manuel Fernandes, no dia 29 de Abril de 2015 (c. 40 min.)

¹⁷Entrevista realizada por Margarida Marino a José Manuel Fernandes, no dia 29 de Abril de 2015 (c. 40 min.)

¹⁸ALMEIDA, Pedro Vieira de - O “arrabalde” do céu. In **História da Arte em Portugal**, vol.14. Lisboa: Alfa. 1986. pp. 105-145.

¹⁹ALMEIDA, Pedro Vieira de - O “arrabalde” do céu. In **História da Arte em Portugal**, vol.14. Lisboa: Alfa. 1986. p.114



Figura 14 - Villa Cavrois, Croix (1929-1932) - Robert Mallet Stevens (1886-1945)
© Centre Pompidou

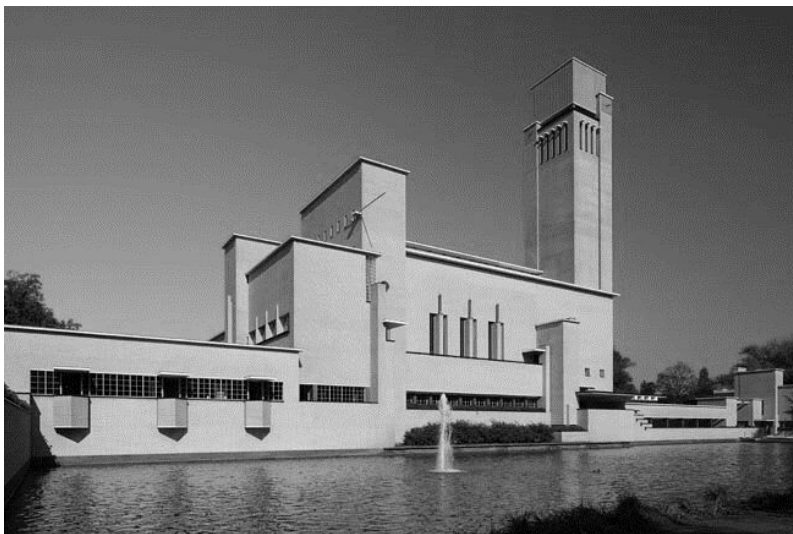


Figura 15 - Câmara Municipal de Hilversum (1915 – 1934) - Willem Marinus Dudok (1884-1974)
©<http://www.architectuur.org>

No entender de Pedro Vieira de Almeida, é no sentido de uma história crítica que é possível caracterizar a linguagem arquitectónica, produzida por arquitectos modernos, através do que se designou por “Português Suave”, remetendo a designação à ironia de Keil do Amaral²⁰. Neste sentido caracteriza o “Português Suave” como “fenómeno coletivo resultante de particulares circunstâncias internas e externas à arquitectura, que vai genericamente permanecer como manifestação caracterizadamente lisboeta e moderna, e que pouco a pouco se vai espalhar pelo país”²¹ não significando, contudo, ser o estilo do Estado Novo, como imposição consciente do regime, uma vez que o autor entende que “o Estado Novo nunca terá existido como um todo ideológico coerente”²².

Nesse sentido, Pedro Vieira de Almeida defende que a construção ideológica do regime, por um lado vai aproximar-se de um monumentalismo “cívico” do fascismo italiano, de Mussolini, por meio de António Ferro, e por outro de um monumentalismo “ritual” do nacional socialismo alemão, de Hitler. A natureza de ambos os monumentalismos, define-se na organização dos sistemas políticos, sendo que no fascismo italiano o Estado está acima da acção do partido, estabelecendo assim um carácter “cívico”, privilegiando a “função prática” e no nacional socialismo alemão, a acção do partido está acima do Estado, e nesse sentido o carácter “ritual” aliado à “função simbólica”²³. Na estrutura do sistema político do Estado Novo, Salazar surge isolado e acima da acção do Estado e do partido, o que no entender de Pedro Vieira de Almeida, resulta numa “monumentalidade, directa, simples, retórica, grandiloquente”²⁴.

Neste contexto, duas figuras estabelecem-se como fundamentais. Por um lado António Ferro com a definição de uma “política de espírito”, e por outro Duarte Pacheco condutor de um vasto programa de Obras Públicas. Desta forma, ambos contribuem “no plano de realizações «cívicas» de carácter estatal”²⁵, contudo, segundo Pedro Vieira de Almeida, em sentido inverso ao desejo de Salazar de ritualização do regime, à imagem da Alemanha. Este valor ritual não desenvolvido está presente nos sucessivos concursos para o Monumento de Sagres (1935/1936/1954), obra de maior importância ideológica do regime nunca concretizada, o que segundo o autor reflecte a procura fracassada de

²⁰ ALMEIDA, Pedro Vieira de - **ed.lit. - Viana de Lima:1913-1991**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1996. p.58

²¹ ALMEIDA, Pedro Vieira de - A noção de “passado” na arquitectura das décadas difíceis. O caso de Lisboa. **Rassegna**, 59, Milão, (1994) p. 59

²² ALMEIDA, Pedro Vieira de - Arquitectura e Poder : representação nacional. In **Arquitectura do Século XX - Portugal**. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97. 1997. p. 94.

²³ Na definição do conceito de “Função” Pedro Vieira de Almeida define a “Função Prática” como de “utilidade imediata e essencialmente não expressivo” e a “Função Simbólica” como “as funções em que a carga expressiva é já determinante, portanto integrando um sistema de valores antropoculturais”. Dentro do grupo da “Função Simbólica” acrescenta a “Função-Espaço” na qual a “função só é eficazmente expressa se referida a valores espaciais expressivos” e o “Espaço-Função” no qual o espaço é por si só a função. ALMEIDA, Pedro Vieira de - **Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura**. Lisboa: Horizonte, 2008. pp.61-62

²⁴ ALMEIDA, Pedro Vieira de - **A Arquitectura no Estado Novo**. Lisboa: Horizonte. 2002. p. 28

²⁵ ALMEIDA, Pedro Vieira de - Arquitectura e Poder : representação nacional. In **Arquitectura do Século XX - Portugal**. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97. 1997. p.95

uma “arquitectura de «ritual» aderente à situação”²⁶ e consequente inexistência de uma arquitetura salazarista.

Na interpretação crítica de Pedro Vieira de Almeida, a noção de “passado” é fundamental na compreensão de todo este período, e marcante no panorama arquitectónico nacional do século XX, desde 1900²⁷ a partir do confronto entre uma linha “progressista” representada por Ventura Terra (1866-1919) e uma linha “culturalista” de Raul Lino (1879-1874)²⁸, debate que se prolonga, a partir da década de 30, entre “modernidade” e “tradição”, nomeadamente no confronto entre os arquitectos que defendiam arquitetura moderna e os arquitectos que reclamavam uma arquitetura representativa da identidade e dos valores nacionais.

Neste período, entre as décadas de 30 e 50, segundo o autor o “questionamento do sentido de valor do passado, nunca foi verdadeira e assumidamente enfrentado nas suas implicações (...) permanecendo como latente sentimento de carência” que em raras vezes se exprimem na pratica profissional concreta, reflexo da “incapacidade de assunção do problema teórico e critico do passado”²⁹ e da fragilidade da consciência profissional da época, resultando no desenvolvimento de um “modernismo

²⁶ ALMEIDA, Pedro Vieira de - *Arquitectura e Poder : representação nacional*. In **Arquitectura do Século XX - Portugal**. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97. 1997. p.95

²⁷ Em Portugal, entre finais do século XIX e início do século XX, a arquitectura é marcada pelo gosto parisiense, pelo ensino *Beaux-Arts*. “É neste contexto que Raul Lino se vai afirmar por oposição a uma arquitectura que embora aliada ao progresso tecnológico de novos processos de construção, ferro e vidro, estava estilisticamente dependente de Paris. A primeira reacção de Raul Lino contra o estrangeirismo marca o concurso para o pavilhão português na Exposição Internacional de Paris de 1900, no qual se destacam duas propostas, a de Ventura Terra (1866-1919) dentro do espírito *Beaux-Arts*, e que saiu vencedora, e a proposta de Raul Lino, numa composição que remetia à arquitectura do solar alentejano do século XVI”. In UCHA, Maria Margarida - **“Português Suave” e “Arquitectura Doce”. Contributos para uma historiografia da Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. 2015. Dissertação de Mestrado. p. 32

²⁸ A definição dos conceitos de “progressista” e “culturalista” pertence a Françoise Choay, que entende o modelo “progressista” no sentido em que “a tecnologia deve ajudar a resolver os problemas colocados pelas relações dos homens com o mundo e com ou outros. Este pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela idéia de progresso. A revolução industrial é o evento histórico chave que conduzirá o futuro humano e promoverá o bem-estar. Estas premissas ideológicas permitem-nos chamar de progressista o modelo que eles inspiraram.” pp.16-17. O modelo “culturalista” surge dos estudos de Ruskin e William Morris e na reacção contra o “desaparecimento da antiga unidade «orgânica» da cidade sob a pressão destruidora da industrialização”. Inseridos no contexto do romantismo e apoiados no desenvolvimento de estudos históricos e arqueológicos, vão desenvolver o debate critico contra as realizações da civilização industrial, estabelecendo a gênese da distinção de “cultura” e “civilização”, na oposição dos conceitos “ orgânico e mecânico, qualitativo e quantitativo, participação e indiferença.” p.21. Choay, Françoise - *L’urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*, Paris: Éditions du Seuil. 1965. In UCHA, Maria Margarida - **“Português Suave” e “Arquitectura Doce”. Contributos para uma historiografia da Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. 2015. Dissertação de Mestrado, p. 33

²⁹ ALMEIDA, Pedro Vieira de - A noção de “passado” na arquitectura das décadas difíceis. O caso de Lisboa. **Rassegna**, 59, Milão, (1994) p. 53

envergonhado”³⁰, nesse sentido o desenvolvimento de uma linguagem arquitectónica que Pedro Vieira de Almeida define enquanto “Arquitectura Doce”.

É neste contexto dual, entre modernidade e tradição, que Pedro Vieira de Almeida entende poder situar-se esta arquitectura e retoma, como argumento na interpretação crítica o documento enviado a Salazar em 1935 por ocasião do primeiro concurso do Monumento ao Infante D. Henrique, em Sagres (1933-1935)³¹, o qual criticava a



Figura 17 - Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris, 1937
Francisco Keil do Amaral (1910-1975) ©Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Estúdio Mário Novais (1933-1983)

proposta de Carlos e Guilherme Rebello de Andrade destacando a qualidade das propostas de Pardal Monteiro e José Cortez. No documento refere-se “iluminado (Pardal Monteiro) pela grandeza do motivo, vivendo com paixão e fé o formidável impulso do passado na sua crença nacionalista [...] conseguiu criar uma obra que é já um novo estilo da arquitetura moderna e um estilo português”³². No entender de Pedro Vieira de Almeida este documento constitui um testemunho fundamental, uma vez que lançava pela primeira vez as orientações que podiam guiar o desenvolvimento de uma arquitectura moderna e portuguesa.

³⁰ UCHA, Maria Margarida - **“Português Suave” e “Arquitectura Doce”. Contributos para uma historiografia da Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. 2015. Dissertação de Mestrado. p. 143

³¹ Este documento constitui o objecto de estudo na Tese de Doutoramento de Pedro Vieira de Almeida, e que constitui o argumento central no desenvolvimento da interpretação crítica que o autor estabelece sobre toda a História da Arquitectura da primeira metade do século XX, nomeadamente do período do Estado Novo. In ALMEIDA, Pedro Vieira de - **Os Concursos de Sagres: A “Representação 35”. Condicionantes e Consequências**. Valladolid: Universidade de Valladolid. 1998. Tese de Doutoramento.

³² Representação a sua Excelência o Presidente do Ministério Doutor Antonio de Oliveira Salazar para que seja construído em Sagres o Monumento Digno dos Descobrimentos e do Infante - 1935. In ALMEIDA, Pedro Vieira de - **A Arquitectura no Estado Novo**. Lisboa: Horizonte. 2002. pp. 231-232

Testemunho da vontade oficial de uma arquitectura simultaneamente moderna e portuguesa, é o programa do concurso para o Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937, lançado por António Ferro em 1936, no qual vence a proposta de Keil do Amaral. Refere o arquitecto no artigo sobre o Pavilhão, publicado em 1938 na *Revista Oficial do Sindicato Nacional de Arquitectos*, “Quanto ao aspeto do Pavilhão, ou melhor ao seu estilo, convém não esquecer que ele foi preferido num concurso público cujo programa exigia «um edifício moderno mas português, e que fosse como que um cartaz de Portugal sobre o Sena»”³³.

No entender de Pedro Vieira de Almeida, o Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937, vai constituir uma referência da linguagem arquitectónica que então se começa a desenvolver e que vai marcar a década seguinte.

A premissa de uma arquitectura oficial “moderna e portuguesa” vai também estar presente no programa para a Exposição do Mundo Português de 1940, tida como momento-chave no quadro arquitectónico deste período, na qual participam a maioria dos arquitectos modernos, constituiu-se como oportunidade de explorar as possibilidades de uma linguagem simultaneamente moderna e portuguesa, contudo,

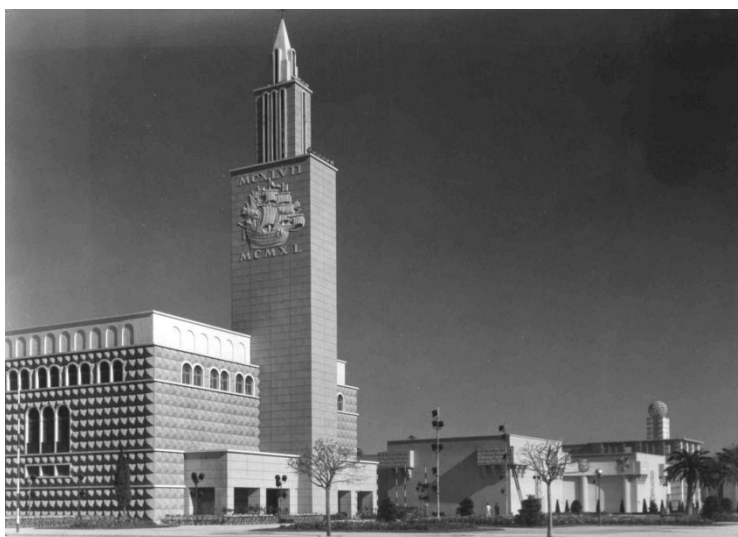


Figura 18 - Exposição do Mundo Português, 1940.

Em primeiro plano o Pavilhão de Honra e de Lisboa - Luís Cristino da Silva (1896-1976); em segundo plano o Pavilhão da Colonização - Carlos Ramos (1897-1969); em último plano o Pavilhão do Brasil - Raul Lino (1879-1974) © Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Estúdio Mário Novais (1933-1983)

segundo Pedro Vieira de Almeida, “terá havido na Exposição do Mundo Português qualquer coisa como uma oportunidade perdida pelos arquitectos modernos mais jovens, e perdida a vários níveis (...) pelo não tirar partido da ocasião de fazer impor

³³ AMARAL, Keil do - O Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937, *Revista Oficial do Sindicato Nacional de Arquitectos*, 1.(1938) p.21

uma linguagem moderna com outra consistência cultural e outra consciência histórica”³⁴.

A linguagem arquitectónica que então se desenvolve é resultado da fragilidade teórica e crítica, não só de cultura como também dos princípios do Movimento Moderno e que resulta numa “Arquitectura Doce”, na qual uma natureza moderna surge “adocicada” por uma linguagem vernacular. Assim, esta arquitectura é resultado de um “desenquadrado fenómeno de timidez”³⁵.

Considerações finais

Os conceitos “Português Suave” e “Arquitectura Doce” associam-se à arquitectura que se desenvolveu em Portugal num contexto histórico e político específico. A interpretação dos conceitos desenvolve-se dentro do quadro arquitectónico nacional do segundo quartel do século XX, marcado pelo início do Movimento Moderno na arquitectura nacional e pela instituição do regime político ditatorial, em 1926, mais tarde designado Estado Novo, que viria a reclamar uma arquitectura oficial assente nos valores ideológicos nacionalistas do regime. É neste enquadramento que surge a questão fundamental que vai marcar o desenvolvimento da arquitectura associada aos conceitos e que se prende com a questão entre modernidade e tradição.

O conceito de “Português Suave”, a partir da interpretação de José Manuel Fernandes,



Figura 19 - Hôtel Martel (1926-1927), Paris - Robert Mallet Stevens (1886-1945)

© Centre Pompidou



Figura 20 - Hôtel do Luso (1938-1940) - Cassiano Branco (1897-1970)

© flickr.com

³⁴ ALMEIDA, Pedro Vieira de - O “arrabalde” do céu. In **História da Arte em Portugal**, vol.14. Lisboa: Alfa. 1986. p.137

³⁵ ALMEIDA, Pedro Vieira de - O “arrabalde” do céu. In **História da Arte em Portugal**, vol.14. Lisboa: Alfa. 1986. p.352

define-se como a arquitectura mais conotada e comprometida com os valores ideológicos do Estado Novo, nacionalista, tradicionalista e conservador. No contexto arquitectónico, o “Português Suave” vai significar o corte com o Movimento Moderno na arquitectura em Portugal, entre os anos de 1940 e 1955.

É na tendência tradicionalista que José Manuel Fernandes entende poder caracterizar o conceito, remetendo a origem à própria expressão popular que se relaciona com os “brandos costumes” tidos como intrínsecos à identidade do povo português. Assim, segundo o autor, o conceito de “Português Suave” pretende significar a arquitectura que se caracteriza pela utilização “branda” de uma gramática da cultura arquitectónica portuguesa reinventada.

A arquitectura associada ao conceito de “Português Suave” no entender de Pedro Vieira de Almeida caracteriza-se pela sua natureza moderna amenizada por uma linguagem vernacular, e nesse sentido propõe o conceito de “Arquitectura Doce”. Este conceito estabelece-se na interpretação crítica do autor sobre a arquitectura da primeira metade do século XX, definindo o espaço temporal em que se desenvolve esta arquitectura, o período compreendido entre as décadas de 30 e 50, abrangendo, assim, os anos em que os arquitectos pioneiros do Movimento Moderno em Portugal assumem o “compromisso” de participação na modernização do país fomentada pela Política de Obras Públicas do regime.

Este momento é marcado por uma questão fundamental para o entendimento que Pedro Vieira de Almeida propõe, que se prende com a existência de duas vertentes presentes na arquitectura desde o princípio do século XX, por um lado a existência de uma tendência “progressista” representada por Ventura Terra, por outro, a existência de uma tendência “culturalista” representada por Raul Lino e que se vai refletir no quadro arquitectónico das décadas de 30 e 50, na dualidade entre “moderno” e “tradicional”.

A questão entre modernidade e tradição assume-se, por um lado, pelo confronto entre as duas vertentes e por outro, no desafio de definição de uma arquitectura nacional, moderna e portuguesa, que no entender de Pedro Vieira de Almeida encontra na Exposição do Mundo Português a oportunidade, contudo perdida fundamentalmente pela carência crítica por parte dos arquitectos e do não entendimento da noção de função simbólica de valor cultural.

A dualidade entre modernidade e tradição, que marca a situação arquitectónica destas décadas, está presente na interpretação dos conceitos, uma vez que o conceito de “Português Suave” se define na natureza tradicionalista desta arquitectura e o conceito de “Arquitectura Doce” é definido a partir da identificação de uma linguagem arquitectónica moderna.

Os conceitos “Português Suave” e “Arquitectura Doce” estabelecem duas leituras distintas sobre os “anos difíceis” da arquitectura nacional, e nesse sentido a sua análise constitui um contributo para a historiografia da arquitectura em Portugal, da primeira

metade do século XX, abrindo caminho a possíveis (re)leituras, assim como, repensar o seu valor patrimonial.

Bibliografia

ALMEIDA, Pedro Vieira de - A Arquitectura Moderna. In **História da Arte em Portugal**, vol.14. Lisboa: Publicações Alfa. 1986.

ALMEIDA, Pedro Vieira de - A noção de “passado” na arquitectura das décadas difíceis. O caso de Lisboa. **Rassegna**, 59, Milão, (1994)

ALMEIDA, Pedro Vieira de - **ed. lit. – Viana de Lima:1913-1991**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1996.

ALMEIDA, Pedro Vieira de - Arquitectura e Poder : representação nacional. In **Arquitectura do Século XX - Portugal**. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97. 1997. p. 94.

ALMEIDA, Pedro Vieira de - **A Arquitetura no Estado Novo**. Lisboa: Horizonte. 2002.

ALMEIDA, Pedro Vieira de - **O Tronco da Arquitectura - Do Racionalismo como borbulha**. Porto: CEAA - CESAP/ESAP - Edições Caseiras, 4. 2002.

AMARAL, Keil do - O Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937, **Revista Oficial do Sindicato Nacional de Arquitectos**, 1, (1938) pp.21-27

AMARAL, Francisco Keil do - Maleitas da Arquitectura Nacional 2: o arquitecto e o atelier, **Arquitectura: Revista de Arte e Construção**, 19, (1948) pp.17-18

Anon - Façam-se casas portuguesas em Portugal, **A Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (reunidas)**, 46. (1939) p.9

CHOAY, Françoise - *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*, Paris: Éditions du Seuil. 1965.

FERNANDES, José Manuel, PEREIRA, Nuno Teotónio - A Arquitectura do Fascismo em Portugal, **Arquitectura**,142 (1981) pp. 38-49.

FERNANDES, José Manuel, PEREIRA, Nuno Teotónio - A arquitetura do Estado Novo de 1926 a 1959. In **O Estado Novo – Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)**, Actas do Colóquio, Lisboa: Editorial Fragmentos, vol.2. 1987. pp. 323-357

FERNANDES, José Manuel - **Português Suave - Arquitecturas do Estado Novo**. Lisboa: IPPAR, 2003.

FRANÇA, José-Augusto - **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**. Lisboa: Horizonte, 2009. p.182

PEREIRA, Nuno Teotónio - A situação da Arquitectura em Portugal. In *Escritos (1947-1996, selecção)*. Porto: FAUP, 1996. p.15

PINTO, Paula Cristina André dos Ramos – **Arquitectura Moderna e Portuguesa: Lisboa 1938-1948**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010. Tese de Doutoramento.

PORTAS, Nuno - A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. In Bruno Zevi, **História da Arquitetura Moderna**. Lisboa: Arcádia, 1973. p.707

TOSTÕES, Ana - Arquitectura Moderna em Portugal: os Três Modos. In **Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970**. Lisboa: IPPAR, 2004. pp. 118-124

UCHA, Maria Margarida - “Português Suave” e “Arquitectura Doce”. **Contributos para uma historiografia da Arquitectura Portuguesa**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2015. Dissertação de Mestrado.

Documento Audio:

TSF (2009) “O Português Suave”, **Encontros com o Património**, 28 de Março de 2009, apresentação Miguel Villas Boas

Disponível em:

http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=1183687